**Da sacralização à digitalização: documentos memoráveis em zero-e-um**

Vinícius David de L. Mello

Doutorando em Educação (EDU/ProPEd)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a digitalização e guarda dos arquivos e como estes processos poderiam influenciar no acesso às fontes, favorecendo novas problematizações historiográficas. Pois, uma vez que um documento não é consultado, seu conteúdo se aproxima de uma verdade fática cristalizada pela ação do tempo, sem que seja possível suscitar qualquer estudo a revelar novas intenções e interpretações pela história. Cita-se como exemplo a Biblioteca Nacional, parte de sua história e a sua política de digitalização, implementada como tentativa de franquear acesso às obras por parte do público em geral e de pesquisadores. Porém, ainda que seja uma ação com o intuito de preservar a memória e viabilizar o estudo das obras, a própria digitalização carrega em si problematizações e novas questões sobre as escolhas e montagem dos acervos.

Palavras Chaves: história; acervo; digitalização.

Resumo Expandido

Este estudo trata do potencial dos processos de digitalização nas instituições de guarda dos arquivos como forma de franquear acesso a documentos. Em uma análise transversal, pode-se considerar que tornar um documento acessível a pesquisadores e ao grande público teria a capacidade de permitir que ele seja rediscutido e estudado em novas pesquisas historiográficas. Este movimento extrapola a possibilidade de consulta, pois a partir do momento em que os documentos não são trazidos a público, seu conteúdo se cristaliza no tempo, torna-se imutável e estanque, sem possibilitar novas interpretações e pesquisas históricas. Nesta pesquisa foi utilizada como exemplo de entidade de guarda documental a Biblioteca Nacional, uma das maiores do mundo e a maior da América Latina, com um acervo que contabiliza mais de 9 milhões de itens, entre partituras, obras de consulta geral, obras raras, manuscritos, entre outros. Com uma história que é anterior ao Brasil Império e a vida da família Real Portuguesa para a América, em 1808, a Biblioteca Nacional é referência no que diz respeito a tratamento e guarda de fontes históricos. Tendo como ponto de partida a política de acesso e de digitalização de suas coleções, a Biblioteca Nacional implementa um moderno projeto de franquear acesso ao grande público de parte de seu inestimável acervo. Ao utilizar o exemplo da Biblioteca Nacional, temos como ponto de partida do objetivo deste estudo refletir sobre como a facilitar o acesso a documentos, ainda que de forma virtual, pode engendrar novas problematizações historiográficas e aguçar o interesse de novas pesquisas. Como objetivos secundários, propomos a reflexão que esta disponibilização paulatina dos arquivos em meio digital, ainda que obedecendo às regras internas das instituições de guarda, poderia ter a capacidade de (re)construir a história, mesmo de forma não intencional. A metodologia aqui utilizada foi a análise bibliográfica sobre os seguintes temas: o Rio de Janeiro e a família Real no século XIX; a Biblioteca Nacional e sua relação com os monarcas e demais conceitos-chave para a História da Educação. Para tal, foram utilizadas como fontes: artigos e informações sobre a Biblioteca Nacional e seus momentos importantes, disponíveis em seu site oficial; artigos e livros de relevância para a área do conhecimento da Educação e de História. O referencial teórico e bibliográfico da pesquisa trabalhou com estudos de Lilia Schwarcz (2022, 2023), que pormenoriza a história da Biblioteca Nacional em diversos momentos importantes de sua trajetória, desde a sua fundação e transposição de Portugal para o Brasil até a sua como patrimônio imperial após a Independência; Rezutti (2022), que traz um panorama da então Capital Imperial, Rio de Janeiro, e da família Real Portuguesa no Brasil pós 1808; em Chartier (2006), demarcamos a relação entre a posse da informação e o exercício do poder, denotando uma relação direta entre conhecimento e dominância político-social; a partir da leitura da obra de Jacques Le Goff (1990) diferenciam-se os conceitos essenciais de *documento* e *monumento*, como contraponto a um viés positivista da história, tornando-a cristalizada e estanque, sem abertura para novos olhares e problematizações; ainda, em Le Goff, utiliza-se o referencial teórico de *revolução documental* e suas implicações no tratamento das fontes, o que as tornaria dialógicas e questionável. Conclui-se que o acesso a arquivos e livros digitalizados possibilita uma reescrita da historiografia e novas problematizações sobre eventos e personagens tidos como cristalizados pelas pesquisas em história. Partindo deste ponto, uma vez que os documentos se ‘desmonumentalizam’ a partir de seu manuseio e estudo, uma nova perspectiva é aberta, pois aqueles não se encontram cerrados em gavetas e baús, inalcançáveis aos pesquisadores e inexistentes para o público em geral. Ainda que o processo de tornar público determinado acervo faça parte de uma política de acesso à informação por meio da digitalização, este movimento de transformar objetos tangíveis em dígitos binários de zero-e-hum na tela carrega consigo uma outra problematização: se há uma escolha entre quais documentos serão tornados públicos e digitalizados, haveria também uma razão por detrás dela? De modo inverso, a não digitalização de determinados documentos também teria o condão de afastá-los da análise e, consequentemente, editar as futuras pesquisas em história? Em suma, o que ocorreria durante este processo seria uma reconstrução dos acervos de guarda, ao torna-los digitais e acessíveis ou restringi-los às estantes empoeiradas com o passar do tempo. Por mais que as instituições de guarda documental se amparem em normas internas de digitalização, estritas e bem estruturadas, não há como garantir quais efeitos elas terão sobre a memória. As intenções e técnicas podem ser as mais bem-intencionadas, porém é inegável que é feita uma escolha por um agente humano. Essa escolha, em última análise, pinça cotidianos, documentos e acontecimentos da história. A digitalização, vista como progresso sob o ponto de vista tecnológico, nos dá a impressão de que transformar todos os documentos em incontáveis zeros e hums binários é a panaceia definitiva para preservar a materialidade de documentos e franquear acesso aberto ao público. A solução, no entando, não é tão simples e traz novas problematizações. Não há mesmo uma resposta definitiva, o que engendra mais pesquisas historiográficas sobre o tema. A tecnologia não resolve de imediato todos os problemas, mas certamente contribui com uma tentativa.

Referências

Agostinho. Confissões, livro XI. Apud LE GOFF, Jacques. “História e memória”. 4ª edição. Campinas: EdUnicamp, 1990.

CHARTIER, Roger. “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. o poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. Trad. Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 184.

LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Curiosidades Biblioteca Nacional, c2023. *Terremoto em Lisboa*: Salve-se Quem Puder!. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/explore/curiosidades/terremoto-lisboa-salve-se-quem-puder>. Acesso em: 21 maio. 2024.

\_\_\_\_\_\_ (Brasil). BNDigital. *Sobre*: Missão, c2024. Disponível em: < https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/missao/>. Acesso em: 30 maio 2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território plural*: A pesquisa em história da educação. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2010.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição. Campinas: EdUnicamp, 1990.

MEIRELLES, J. G. A Real Biblioteca e a grandeza da monarquia luso-brasileira. In: *Política e cultura no governo de Dom João VI*: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821). São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 331-430.

NAUDÉ, Gabriel. Advis pour dresser une bibliothèque (Conselhos para organizar uma biblioteca) Apud CHARTIER, Roger. “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. o poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. Trad. Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 184.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas. “Historiografia da Educação e fontes”. In: Cadernos Anped, nº. 5. Porto Alegre: FACED/UFRGS,1993, p.7-64

REZZUTTI, Paulo. *Independência* - A História não Contada: a construção do Brasil. São Paulo: Leya, 2022.

SCHWARCZ, Lilia M. *A História de uma Biblioteca*: a Real Biblioteca e a sina comum e apartada de Brasil e Portugal. Fundação Biblioteca Nacional, c2023. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/a-historia-de-uma-biblioteca-a-real-biblioteca-e-a-sina-comum-e-apartada-de-brasil-e-portugal/> Acesso em: 30 maio 2024.

SCHWARCZ, Lilia M.; AZEVEDO, Paulo César de e COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis*: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil* - A vida de D. Pedro I, Tomo 1º. Volume 2. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.